UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO/CA.

Secretaria

ATA Nº 4/2023

Aos oito dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, às nove horas, na Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, localizada no edifício da Reitoria, *Campus* Universitário em Uvaranas, situado na Avenida General Carlos Cavalcanti nº 4748, na cidade de Ponta Grossa, Paraná, sob Presidência do Magnífico Senhor Reitor Professor Miguel Sanches Neto, reuniu-se ordinariamente o Conselho de Administração - CA, com a presença do Senhor Vice-Reitor Professor Ivo Mottin Demiate e dos Conselheiros Adilson Luiz Chinelatto, Adriana Timoteo dos Santos, Adriano Gonçalves Viana, Ana Cláudia Barana (suplente), Andrea Tedesco, Eliane de Fátima Rauski, Emerson Martins Hilgemberg, Giovani Marino Favero, Gilmar Batista Mazurek (suplente), Gilmara de Cássia Ventura (suplente), Gonçalo Cassins Moreira do Carmo (suplente), Jesiane Stefania da Silva Batista, Jozia Ribeiro do Nascimento, Júlio Cesar Miné, Luis Henrique Mendonça do Prado, Marcelo Alves da Silva (suplente), Margarete Aparecida dos Santos (suplente), Maria Lucia Cazarin Beserra Madruga, Maria Salete Marcon Gomez Vaz, Miguel Archanjo de Freitas Junior, Nilvan Laurindo Sousa (suplente), Rosangela Maria Silva Petuba (suplente), Sandra Maria Scheffer, Siderlei Nascimento, Silvana Oliveira e Tatiane Gonçalves da Silva; contando ainda com a presença dos servidores Adriana de Fátima Pilatti Ferreira Campagnoli, Elias Pereira, Luciane Pereira da Silva Navarro, Luiz Gustavo Barros e Marcos Vinicius Fidelis para apreciarem a seguinte ordem do dia: **1** - Ciência e aprovação da Ata sob número 02/2023 referente à reunião realizada no dia 20.03.2023; **2** - Processo nº **23.000000086-2**. Interessado: Tito Lúcio Fernandes. Assunto: Ciência do Relatório de Atividades

desenvolvidas durante Licença Sabática, no período de junho a dezembro de 2022. Relator: Conselheiro Júlio César Miné; **3** - Processo nº **23.000015191-7**. Interessada: Diretoria de Projetos e Convênios - DIPROC/PROAD. Assunto: Homologação da assinatura do Convênio PD&I 057/2023 celebrado entre a Fundação Araucária e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando a execução do projeto "Processamento e Caracterização de Ligas Metálicas Produzidas Por Manufatura Aditiva"; sob a coordenação do professor Osvaldo Mitsuyuki Cintho. Relator: Conselheiro Adilson Luiz Chinelatto; **4** - Processo nº **23.000015187-9**. Interessada: Diretoria de Projetos e Convênios - DIPROC/PROAD. Assunto: Homologação da assinatura do Convênio PD&I 015/2023 celebrado entre a Fundação Araucária e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando a execução do projeto "Amig@ das Cientistas Ucranianas"; sob a coordenação da professora Édina Schimanski. Relatora: Conselheira Maria Salete Marcon Gomes Vaz; **5** - Processo nº **23.000026674-9**. Interessada: Diretoria de Projetos e Convênios - DIPROC/PROAD. Assunto: Homologação das assinaturas a) do Termo de Cooperação Técnico-Financeira 158/22 - SETI/UGF celebrado entre a Superintendência-Geral da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando o desenvolvimento do projeto "Apoio à pesquisa científica e tecnológica das Universidades Estaduais do Paraná"; sob coordenação do professor Ivo Mottin Demiate; b) do 1º Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnico-Financeira 158/22 - SETI/UGF, visando a inclusão das Universidades Estaduais do Paraná na qualidade de partícipes. Relatora: Conselheira Maria Salete Marcon Gomes Vaz; **6** - Processo nº **21.000030456-5**. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Assunto: Homologação da assinatura do Termo de Rescisão do Convênio 905857/2020 celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, cujo objeto era a reforma dos pisos e revestimentos da piscina térmica.

Relator: Conselheiro Emerson Martins Hilgemberg; **7** - Processo nº **23.000027642-6**. Interessada: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa - FAUEPG. Assunto: Homologação da assinatura do Convênio FINEP 01.22.0600.00 celebrado entre a Financiadora de Estudos e Projetos, a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando a execução do projeto "Apoio a infraestrutura de pesquisa do Complexo de Multiusuários"; sob a Gestão e Fiscalização dos professores Paulo Vitor Farago e Andressa Novatski. Relator: Conselheiro Giovani Marino Favero; **8** - Processo nº **23.000015196-8**. Interessada: Diretoria de Projetos e Convênios - DIPROC/PROAD. Assunto: Homologação da assinatura do Convênio PD&I 058/2023 celebrado entre a Fundação Araucária e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando a execução do projeto "Meninas de Luta: a Práxis Política Feminina nas Ocupações de 2016 na Cidade de Ponta Grossa, PR"; sob a coordenação da professora Simone de Fátima Flach. Relatora: Conselheira Silvana Oliveira; **9** - Processo nº **23.000007516-1**. Interessada: Escola de Educação Básica Professora Maria de Lourdes Canziani. Assunto: Aprovação da assinatura do Termo de Cooperação a ser celebrado entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais mantenedora da Escola de Educação Básica Professora Maria de Lourdes Canziani, visando a concessão de estágio remunerado aos alunos da referida Escola para proporcionar práticas que complementem o processo de formação profissional; sob a Gestão do servidor Milton Aparecido Anfilo. Relator: Conselheiro Emerson Martins Hilgemberg; **10** - Processo nº **23.000026594-7**. Interessada: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa - FAUEPG. Assunto: Aprovação da transferência para o patrimônio dos bens adquiridos, alocados nos diversos

órgãos; Relator: Conselheiro Emerson Martins Hilgemberg; **11** - Processo nº **23.000026948-9**. Interessada: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa - FAUEPG. Assunto: Aprovação da transferência para o patrimônio dos bens adquiridos "Fechaduras digitais com acesso biométrico", alocadas no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais; Relator: Conselheiro Emerson Martins Hilgemberg; **12** - Processo nº **22.000051746-9**. Interessada: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa - FAUEPG. Assunto: Aprovação a) da assinatura do Acordo de Cessão de Uso de Espaço Temporário 01/2022 a ser celebrado entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da UEPG, visando o apoio à atividades de internacionalização com o acolhimento de professores visitantes e participantes dos programas de pós-graduação da Instituição, bem como alunos vindos do exterior; sob coordenação da professora Sulany Silveira dos Santos; b) quanto ao mérito do Regimento Interno da Casa Internacional da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Relator: Conselheiro Giovani Marino Favero; **13** - Processo nº **23.000014965-3**. Interessado: Escritório de Relações Internacionais - ERI. Assunto: Aprovação da assinatura do Termo de Cooperação a ser celebrado entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Universidad Peruana Cayetano Heredia - Peru, visando promover o vínculo acadêmico; sob coordenação do Escritório de Relações Internacionais. Relator: Conselheiro Giovani Marino Favero; **14** - Processo nº **23.000019153-6**. Interessado: Escritório de Relações Internacionais - ERI. Assunto: Aprovação da assinatura do Termo de Cooperação a ser celebrado entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Universidad Nacional de Concepción - Paraguai, visando estabelecer programas de cooperação técnico-científica e acadêmica e de extensão, bem como promover intercâmbio nas áreas de

saúde, agricultura, economia, administração, ciências tecnológicas e educação; sob coordenação do Escritório de Relações Internacionais. Relator: Conselheiro Giovani Marino Favero; **15** - Processo nº **23.000021713-6**. Interessado: Escritório de Relações Internacionais - ERI. Assunto: Aprovação da assinatura do Termo de Cooperação a ser celebrado entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Universidad Nacional de Santiago del Estero - Argentina, visando estabelecer programas de cooperação técnico-científica e acadêmica e de extensão, bem como promover intercâmbio de pessoal docente, técnico e de estudantes; sob coordenação do Escritório de Relações Internacionais. Relator: Conselheiro Giovani Marino Favero; **16** - Processo nº **22.000074033-8**. Interessada: Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE. Assunto: Proposta de nova Resolução para estabelecer as normas relativas à Política de Assistência Estudantil, da UEPG; Relatora: Conselheira Ione da Silva Jovino; **17** - Processo nº **22.000037933-3**. Interessada: Coordenadoria de Desportos e Recreação - CDR. Assunto Aprovação da assinatura do 1º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação 02/2022 celebrado entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da UEPG, visando alteração do nome do Coordenador e Gestor do referido Acordo para o professor Rodolfo André Dellagrana. Relator: Conselheiro Júlio César Miné; **18** - Processo nº **23.000018668-0**. Interessado: Laboratório de Recursos Hídricos. Assunto: Solicita atualização dos valores constantes na Tabela de Preços de análise bacteriológica e análise físico-química de águas, do Laboratório de Recursos Hídricos. Relator: Conselheiro Júlio César Miné; **19** - Processo nº **23.000025094-0**. Interessado: Escritório de Relações Internacionais - ERI. Assunto: Aprovação da assinatura do Convênio de Intercâmbio Acadêmico a ser celebrado entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Universidad Nacional Mayor de San Marcos - Peru, visando estabelecer programas de cooperação técnico-científica e acadêmica e,

programas de extensão na área do Núcleo de Pesquisa em Alimentação e Nutrição Pública; sob coordenação do Escritório de Relações Internacionais. Relator: Conselheiro Júlio César Miné; **20** - Processo nº **23.000016573-0**. Interessada: Maria Julieta Batista de Almeida Weber. Assunto: Apresenta Relatório Final das Atividades desenvolvidas durante Estágio de Pós-Doutorado no período de fevereiro de 2022 a janeiro de 2023. Relatora: Conselheira Silvana Oliveira; **21** - Processo nº **23.000027633-7**. Interessada: Elaine Almeida Bicudo. Assunto: Solicita licença sem vencimentos para o trato de assuntos particulares, pelo período de dois anos, a partir de 23 de maio de 2023. Relatora: Conselheira Maria Salete Marcon Gomes Vaz; **22** - Processo nº **23.000014900-9**. Interessado: Carlos Eduardo Coradassi. Assunto: Inclusão no regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, por desenvolvimento de projeto de pesquisa. Relator: Conselheiro Júlio César Miné. Constatada a existência de quórum, a Presidência da mesa cumprimentando a todos os presentes deu início a reunião, colocando em aprovação a Ata sob número 02/2023, referente à reunião realizada no dia vinte de março de dois mil e vinte e três, que não havendo óbice, foi aprovada por unanimidade; procedeu a chamada dos Processos inseridos na pauta respectiva para pronunciamentos de destaque, quando pronunciou-se a Conselheira Andrea Tedesco, solicitando destaque ao item 16; os demais processos foram aprovados por unanimidade. Não havendo inclusão de matéria, retomou a pauta de destaque, passando a palavra à Conselheira Andrea Tedesco que justificando seu destaque para inclusão, no parágrafo segundo (2º), Art. 10, já de conhecimento e de acordo com a Pró-Reitora de Assuntos Estudantis - PRAE, da seguinte observação: "desde que não esteja em dissonância com o previsto em editais externos de concessão de bolsas de extensão, pesquisa, dentre outros"; explicou que alguns órgãos de fomento, como, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Fundação

Araucária - FA, muitas vezes em seus editais acabam impedindo o acúmulo de bolsas; dessa forma, expôs que uma legislação interna não poderia prevalecer sobre leis externas. O Presidente esclareceu que, quando houvesse proibição em algum edital de acúmulo de bolsas, as bolsas permanência não poderiam ser concedidas, destacando ser um impeditivo legal, mas que estaria em estudo a criação de uma categoria como auxílio, porém dependendo também de uma concordância do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR. A Conselheira Gilmara de Cássia Ventura explicou que na UEPG já fora aprovado o auxílio tutoria discente, dessa forma internamente poderia haver o acúmulo da bolsa permanência, informou ainda que estariam em andamento outras aprovações relacionadas a política institucional. A Chefe de Projetos e Programas da PRAE Professora Silmara Carneiro e Silva expôs que já havia previsto na nova política um escalonamento das bolsas, sendo estas divididas em: bolsa básica, para alunos em baixa vulnerabilidade, bolsa especial um (1), para alunos em média vulnerabilidade, bolsa especial dois (2), para alta vulnerabilidade e bolsa emergencial para situações em que, embora outras providências já tomadas, o aluno ainda se manteria em situação de vulnerabilidade e a bolsa materiais de alto custo, para compra de materiais e equipamentos. O Senhor Presidente evidenciou que o escalonamento das bolsas foi a maneira encontrada para priorizar os estudantes em maior vulnerabilidade. O Conselheiro Giovani Marino Favero apontou quando houver o impeditivo do acúmulo de bolsas nos editais, não serão medidos esforços para se buscar alternativas, objetivando não deixar nenhum aluno sem bolsa. A Conselheira Silvana Oliveira expôs que o caso de maior preocupação seria a iniciação científica, uma vez que alguns órgãos de fomento fazem restrição de acúmulo de bolsa, mas que, eventualmente seria interessante garantir que o edital interno da iniciação científica da UEPG não tivesse restrições, permitindo que alunos com outras bolsas possam acumulá-las; destacou ainda o aumento considerável das bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e

Inovação - PIBITI principalmente nas licenciaturas e o impacto significativo na vida dos estudantes. O Senhor Vice-Presidente Professor Ivo Mottin Demiate comentou que os casos de impeditivos de acúmulo de bolsas seriam uma exceção; que haveria a necessidade também de melhor regramento com relação à bolsa permanência, sendo uma condição *sinequanon* para que o aluno consiga permanecer na Instituição e que possa ter acesso as demais bolsas. A Conselheira Nilvan Laurindo Sousa manifestou a possibilidade de que no futuro as bolsas possam se configurar como auxílio financeiro, inclusive utilizando outra rubrica, uma vez que este se configura mais com uma característica social, podendo assim, o aluno permanecer também com uma bolsa para iniciação científica ou pesquisa; expôs que esta possibilidade poderá enfrentar desafios relacionados à demanda e ao custo, e ressaltou a importância de se considerar as diferentes necessidades e realidades dos alunos. O Presidente parabenizou a PRAE pelo projeto da bolsa permanência e noticiou que estaria em curso edital financiado pelo Fundo Paraná da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI no valor de quinze milhões de reais (R$ 15.000.000,00) com bolsas para os estudantes no valor de quinhentos reais (R$ 500,00) destinados para cerca de duzentos e vinte (220) alunos da UEPG; citou ainda projeto que estaria em fase inicial de estudo, provavelmente para implantação no próximo ano, que seria para bolsa permanência do governo federal, específica para as licenciaturas, uma vez que a política do governo consiste na formação de mais professores nas universidades públicas; destacou o momento favorável tanto do governo estadual como federal na criação de novas modalidades de bolsas, lembrando do grande desafio de manter os alunos nos cursos. Não havendo mais manifestações, colocou em votação a aprovação da matéria, sendo aprovada por unanimidade. Esgotada a pauta regulamentar, a Presidência antes de deixar livre a palavra, requereu fazer esclarecimento a respeito dos planos de carreira dos docentes e dos agentes universitários, elaborados pelas Pró-Reitorias de Recursos Humanos das universidade estaduais e que contou também com a

participação de sindicatos, cujo objetivo seria o de melhorar as condições de trabalho e tornar as carreiras mais atrativas para a contratação de novos profissionais, bem como, melhoria salarial e da carreira para a aposentadoria; explicou que o plano fora elaborado levando em consideração também a margem de folha disponível no Estado, estudos sobre o impacto nos gastos públicos e na previdência dos servidores ativos e aposentados e que também buscou-se contornar problemas enfrentados em outras reformulações de carreiras, que não permitiram o avanço destas; destacou que fora contemplado no novo plano a alteração dos percentuais do adicional de titulação, assim como houve uma ampliação nos níveis da carreira dos técnicos universitários; relatou que foram meses de debates, sendo os sindicatos também recebidos na Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público - APIESP, além de reuniões realizadas com diversas instâncias governamentais para explicar a lógica dos planos de carreira e buscar apoio para sua aprovação, inclusive com o Presidente da Assembleia Legislativa que teria acenado apoio; esclareceu que o próximo passo seria uma reunião com a Casa Civil, onde a proposta estaria em avaliação, salientando, porém, não haver ainda um posicionamento oficial sobre sua aprovação. A Conselheira Eliane de Fátima Rauski ratificou o relato do Presidente e ressaltou que foi um trabalho bastante intenso, que promoverá um avanço significativo nas carreiras e que o momento agora seria de somar esforços para o convencimento político; explicou que o plano de carreira dos docentes foi elaborado em consonância com a carreira dos professores das universidades federais e das estaduais de São Paulo e o plano da carreira técnica com o Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE. O Conselheiro Jozia Ribeiro do Nascimento questionou se o processo passaria na Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA, uma vez que sempre houve uma resistência por parte daquela Secretaria. O Senhor Presidente informou que ainda não havia tramitado na SEFA e que as universidades se anteciparam na realização dos cálculos e que fora deixado margem para ajustes em caso de negociação; informou que a SETI estaria

refazendo todos os cálculos para posteriormente encaminhar à Comissão de Política Salarial - CPS, vinculada à Casa Civil, que deverá analisar os planos e após encaminhar à SEFA para parecer final; destacou o cuidado com os cálculos para que não houvesse valores à incluir no orçamento, sendo a proposta viável de implantação a partir do próximo mês de julho, porém, salientou que, não havia a certeza da aprovação e ainda se fazia necessária a busca de apoio de todos os órgãos por onde deverão tramitar. Fazendo uso da palavra a Conselheira Silvana Oliveira primeiramente rememorou que há uma estagnação, na discussão da recomposição salarial, que chegaria a quarenta e dois por cento (42%) de defasagem e ressaltou ser inédita e louvável a atuação tão efetiva dos reitores numa discussão salarial, com um trabalho político muito significativo e que ocorria numa esfera diferente dos sindicatos, que também estão neste debate, lembrando que já houve a deflagração da greve pela Universidade Estadual de Londrina - UEL e que no próximo dia dez (10) em assembleia marcada pela Seção Sindical dos Docentes da UEPG - SINDUEPG, deverá ser debatida a defasagem salarial, a reconfiguração do plano de carreira e a deflagração da greve; relatou ainda, que já houve uma reunião naquela Seção Sindical onde foi explicado claramente sobre o que significaria a implantação do novo plano de carreira, quando foi demonstrado que chegaria a vinte e seis por cento (26%) de reajuste para os professores adjuntos, ressaltando que não resolveria o problema da defasagem, mas de alguma forma produziria uma diferença efetiva nos salários; salientou que existiria uma compreensão por parte da categoria dos sindicatos, de que existe um silêncio por parte do Estado, inclusive no que diz respeito ao esforço que os reitores e sindicatos vem fazendo, criando uma tensão muito grande, o que levou ao indicativo de greve nas universidades estaduais e a uma possibilidade real de deflagração de greve pelas mesmas; agradeceu a Conselheira Eliane de Fátima Rauski que aceitou convite para participar de um painel de esclarecimento em relação à situação da proposta do plano de carreira, justificando que essas informações poderão

orientar e instruir a discussão da assembleia que ocorrerá no próximo dia dez. O Presidente expôs que a APIESP estaria buscando através de autoridades, para que essas solicitem ao governador uma sinalização e que é preciso convencer o governo que o Estado precisa das universidades e que estas precisam de melhoria nos planos de carreia. A Conselheira Rosangela Maria Silva Petuba esclareceu que a pauta da greve das universidades estaduais seria a recomposição da massa salarial e que teria proferido na assembleia, quando da deliberação pelo indicativo de greve, que gostaria que o movimento docente e o sindicato tratassem de forma muito responsável a proposição do plano de carreira apresentado, uma vez que este sinaliza também a possibilidade de uma aposentadoria digna, que não veria a proposta do plano de carreira como uma cortina de fumaça visando obstruir a percepção dos quarenta e dois por cento (42%) e reafirmou ser objeto da greve docente a recomposição da massa salarial e a apresentação por parte do governo de plano de recomposição, uma vez que a data base que fazia essa recomposição da inflação foi retirada por governo anterior; finalizando, estendeu convite para a assembleia no próximo dia dez às dezessete horas no Grande Auditório da UEPG no *Campus* Central. O Senhor Presidente agradeceu a fala das Conselheiras e evidenciou que os planos foram criados por professores, agentes universitários, sindicalistas, lembrando que alguns dos Pró-Reitores de Recursos Humanos já foram sindicalistas e que não se prestariam a fazer jogo do governo; que os planos foram concebidos com muita seriedade e responsabilidade e que o êxito dependerá de muitas variantes, dentre elas, a continuidade nas negociações e do convencimento político, mencionando que, como Presidente da APIESP, não abrirá mão de continuar as negociações até o final. A Conselheira Eliane de Fátima Rauski observou que os planos foram construídos dentro do exequível e comentou que em média para a carreira docente o aumento seria em torno de vinte e sete por cento (27%) para a classe Associado no nível A e quando à ascensão a classe Titular, aumento de trinta e um por cento (31%). O Presidente esclareceu que a

postura da reitoria seria a defesa pela aprovação dos dois planos de carreira e que não será aceita apenas a aprovação de uma, pois isso criaria uma situação muito difícil dentro da Universidade. Seguidamente deixou livre a palavra para quem dela quisesse fazer uso, com inscrições de fala aos Conselheiros. Primeiro a manifestar-se, o Conselheiro Siderlei Nascimento solicitou a inclusão do processo 23.000027010-0 para discussão na presente reunião ou na próxima reunião deste Conselho, justificando que mesmo com pareceres contrários, não substituiriam discussão mais aprofundada neste Conselho. O Senhor Presidente solicitou manifestação da Procuradoria Jurídica - PROJUR referente a matéria que trataria da solicitação de tempo integral e dedicação exclusiva - TIDE Administrativo e disponibilização de vinte (20) horas para integrantes técnicos nos Conselhos. Aparte o Conselheiro Siderlei Nascimento esclareceu que seriam duas propostas distintas, inclusão no regime TIDE ou liberação de vinte (20) horas, justificando ser um tema inédito nos Conselhos, dessa forma solicitou sua inclusão e afirmou que valeria aprofundar a discussão. O Presidente lembrou que todas as matérias encaminhadas aos Conselhos são fundamentadas em legislação e que havia solicitado à PROJUR um parecer da matéria, lembrando que cada universidade teria disponibilidade de trinta (30) TIDES Administrativos para agentes e que estes são prerrogativa da Reitoria, sendo destinados as diretorias e assessorias técnicas. Cedeu palavra a Chefe da PROJUR, advogada Adriana de Fátima Pilatti Ferreira Campagnoli que relatou referente a fundamentação da solicitação, que esta fora no sentido de incentivar a participação dos técnicos nos Conselhos, o que seria louvável, observou porém, que a fundamentação encontraria óbice legal na Lei nº 16372/2009, que coloca expressamente no Art. 3º parágrafo quarto (4º) a proibição de qualquer remuneração pela condição de membro de Conselhos Superiores das instituições, dessa forma a concessão de vinte (20) horas implicaria em dispêndio financeiro, pois seriam remuneradas, assim como a concessão de TIDE implicaria em remuneração. O Presidente retomando a palavra, reiterou que, havendo algum óbice

legal na matéria, a mesma não é encaminhada para o Conselho. Aparte o Conselheiro Siderlei Nascimento reafirmou que a intenção seria provocar e aprofundar a discussão; que já era de conhecimento os impedimentos por força de lei, mas que a intenção seria mesmo a discussão pela carga horária e remuneração, que embora no parecer a carga horária fora tratada como serviço extraordinário, a intenção seria incluir a atividade além das reuniões, como parte do trabalho remunerado, não como trabalho extraordinário e que esta atividade envolveria estudos, leituras e proposições, não se limitando apenas às reuniões. O Presidente lembrou que embora louvável a solicitação, havia uma questão jurídica a ser respeitada, lembrando que, quando da inscrição para uma eleição, há uma aceitação tácita das regras desta que estaria implícito que os conselheiros não têm remuneração financeira e nem de carga horária; ressaltou que no passado, havia condições de remuneração, porém, atualmente não há previsão legal de remuneração específica aos Conselheiros. A Conselheira Nilvan Laurindo de Sousa fazendo uso da palavra, apontou que seria pertinente amadurecer a discussão, uma vez que a categoria possui uma participação tímida nos Conselhos, destacando a importância de garantir condições para essa participação e lembrou que seria grande a demanda para um Conselheiro ativo e propositivo e que embora tenham aceitado as condições impostas, também teriam a intenção de propor modificações; que reconhecem não poder exigir tudo, mas é preciso colocar em prática e regulamentar a participação técnica. O Senhor Presidente retomando a palavra esclareceu que a matéria, conforme o parecer bem explicitado pela PROJUR, não virá para este Conselho da forma como foi proposto, mas colocou a administração à disposição, para criar um grupo de trabalho para discutir a representação dos técnicos. O Senhor Vice-Reitor Professor Ivo Mottin Demiate comentou que havia a necessidade de se estimular também a participação discente nos Conselhos; expôs a respeito do comentado da falta de representatividade dos técnicos, lembrando que houve a solicitação de impugnação de outra chapa inscrita, indicando assim que há

interesse por parte dos técnicos de participação nos Conselhos. A Conselheira Nilvan Laurindo de Sousa esclareceu que a impugnação foi por descumprimento e não por uma questão pessoal. Requereu questão de ordem o Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Junior, justificando que a discussão do mérito não seria apropriada no momento da palavra livre e que a questão seria se o processo viria ou não para discussão deste Conselho, uma vez que se houver discussão da matéria, solicitou acesso ao processo e que se mantivesse a reunião na palavra livre. A Conselheira Nilvan Laurindo de Sousa argumentou que seria importante considerar a experiência e a relação de trabalho de cada técnico em seu local de trabalho e que estaria levantando a necessidade de amadurecer o processo de regulamentação da representação técnica nos Conselhos, com isso, implicando estabelecer uma carga horária regulamentar para a participação dos representantes técnico-administrativos, a fim de evitar situações desconfortáveis e desgastantes entre subordinados e superiores. Seguidamente fez uso da palavra o Conselheiro Gonçalo Cassins Moreira do Carmo que solicitou esclarecimentos de como ficaria a reforma da piscina, tendo em vista problema com a documentação que acabou resultando no impedimento da liberação dos recursos. A Conselheira Andrea Tedesco esclareceu que, quando se trata de obras financiadas com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, é necessário apresentar o registro do imóvel com a área construída averbada, porém, a área em questão não se encontrava averbada, e o FNDE não poderia liberar os recursos para a reforma de um imóvel que legalmente não existiria; destacou que o problema da falta de registro dos imóveis já teria sido detectado anteriormente e que se estaria tentando resolver o problema para regularizá-los; que no *Campus* de Uvaranas, seriam cento e trinta e três (133) imóveis, dos quais apenas quarenta e cinco (45) possuem alvará de construção e trinta e nove (39) teriam o habite-se; ressaltou que ao todo seriam cento e cinco mil, quinhentos e sessenta e nove (105.569) metros quadrados construídos, sendo que apenas nove mil, oitocentos e setenta e seis

(9.876) metros quadrados estavam averbados e lembrou que a situação viria de um processo histórico; relatou que, infelizmente houve a necessidade de se abrir mão do recurso disponibilizado para a obra, porém não haveria alternativa; que a recuperação da estrutura metálica estaria na fase final e que na sequência será realizada a licitação do novo sistema de aquecimento e posteriormente a reforma dos revestimentos da piscina. O Administrador da Prefeitura do *Campus* Universitário - PRECAM Professor Elias Pereira, a respeito da reforma da piscina informou que já está sendo finalizada e que demorou um pouco além do previsto, justamente pela situação da documentação e pela situação precária que se encontrava; ressaltou que desde dois mil e dezoito nenhuma obra foi entregue sem a documentação estar efetivamente em ordem e que regularizar todas as obras será um processo lento e complexo. O Senhor Presidente afirmou que, embora não se possa utilizar o recurso do FNDE para a reforma da piscina, outros recursos poderão ser utilizados para esta finalidade. O Administrador da PRECAM Professor Elias Pereira relembrou que no ano de dois mil e dezoito, a UEPG participou de um edital de eficiência energética da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, sendo contemplada com a substituição de praticamente todas as lâmpadas internas dos prédios da UEPG, por lâmpadas LED e que devido à pandemia, o processo fora adiado, sendo que ano passado foi realizada licitação, quando cerca de dezessete mil (17.000) lâmpadas foram substituídas, faltando ainda aproximadamente uma mil (1.000) lâmpadas no *Campus* Central; salientou que todas as lâmpadas antigas foram descartadas de maneira correta, inclusive com certificação ambiental; mencionou ainda, que antes da entrega do relatório no próximo dia vinte e oito, será necessário realizar um treinamento de eficiência energética para professores, servidores e alunos da UEPG, ressaltando a exigência de um número mínimo de participantes; informou que foi contratado Engenheiro Eletricista para ministrar o curso no padrão do Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e a Distância - NUTEAD, disponibilizado gratuitamente no sistema Moodle e com direito a certificação,

assim, solicitou ampla divulgação a fim de cumprir este requisito; expressou que, com a conclusão do Edital, será possível a Instituição participar de novos editais e obter recursos para aparelhos de ar-condicionado e painéis solares; finalizando destacou que a substituição das lâmpadas resultará em uma economia anual de aproximadamente quinhentos mil reais (R$ 500.000,00) na conta de energia elétrica da Universidade. O Presidente lembrou que o referido edital da COPEL, oportuniza recursos para projetos de órgãos públicos e privados, mencionando que a próxima fase será a troca das lâmpadas externas. O Administrador da PRECAM Professor Elias Pereira corroborou que a ideia seria trocar as lâmpadas externas por lâmpadas mais eficientes, com custo estimado de aproximadamente dois milhões de reais (R$ 2.000.000,00) com a possibilidade de participação em editais para obter estes recursos. Próxima inscrita, a Conselheira Andrea Tedesco solicitou atenção especial aos diretores de setor em relação à gestão e autorização de alterações nos espaços físicos da Instituição; relatou algumas ocorrências de alterações em locais sem autorização e conhecimento dos responsáveis, inclusive plantio de árvores; destacou a importância da permissão da Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN e da PRECAM para qualquer modificação estrutural, devido a questões de segurança e responsabilidade, alertando para o risco de danificar encanamentos e tubulações, bem como a necessidade de licença do corpo de bombeiros e licenças sanitárias para os ambientes; dessa forma reforçou que os diretores devem alertar seus pares sobre a responsabilidade coletiva e o uso adequado dos espaços públicos e cientificou que não será dado prosseguimento aos processos sem a concordância dos diretores. O senhor Presidente alertou para a importância da aprovação pela PROPLAN e PRECAM e mencionou que fora detectado que muitas árvores inadequadas foram plantadas ao lado de prédios e que não podem ser cortadas, acarretando um sério problema de manutenção dos telhados. Seguidamente o Conselheiro Emerson Martins Hilgemberg relatou que no último dia cinco foi entregue o auditório revitalizado do Setor de Ciências

Sociais Aplicadas - SECISA, agradecendo os esforços da PROPLAN, PRECAM e do Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI que permitiu a funcionalidade adequada do ambiente, tornando o espaço operacional novamente. O Presidente ressaltou que o uso coletivo de espaços com alta tecnologia, deve ser incentivado e que administração se compromete com a manutenção destes espaços compartilhados, que permitem atender às necessidades de diversos cursos sem precisar construir inúmeros auditórios; informou que está prevista a reforma de espaço no Centro de Convivência para um novo auditório, que poderá ser utilizado por todos, com capacidade para aproximadamente oitenta (80) pessoas e que a intenção é construir espaços adequados em locais estratégicos para atender todos os cursos. A Conselheira Gilmara de Cássia Ventura agradeceu em nome da PRAE a aprovação da Política de Assistência Estudantil da UEPG e agradeceu especialmente à professora Silmara Carneiro e Silva que esteve à frente do processo e também a colaboração das Pró-Reitorias envolvidas, lembrando que foram oito meses de muito trabalho que contou com o esforço e colaboração de todos; destacou que o afeto e a empatia por parte de todos, foram fundamentais para alcançar a aprovação da matéria. O Senhor Presidente parabenizou o trabalho da PRAE e os demais Pró-Reitores que participaram diretamente dessa discussão, lembrando o grande avanço que a UEPG teve com a criação da PRAE e agora com a reformulação da política de assistência estudantil, rememorando ser a UEPG primeira universidade estadual a ter uma Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e a primeira a ter uma política estudantil. O Diretor do NTI Luiz Gustavo Barros informou que a SETI teria estabelecido um grupo de trabalho para discutir sobre projeto de uma rede estadual digital conectando as sete universidades estaduais, visando atender às necessidades presentes e futuras de forma contínua; que a estimativa do investimento seria de aproximadamente cinquenta milhões de reais (R$ 50.000.000,00) e que o projeto estaria também alinhado com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP. O Presidente complementou que a UEPG seria a primeira

universidade estadual a ter uma rede nacional de pesquisa, visando conectividade com todas as instituições estaduais num primeiro momento e posteriormente incluindo também as federais e institutos federais, com isso melhorando a inclusão digital e facilitando o trabalho dentro dos laboratórios da Universidade. A Conselheira Silvana Oliveira comentou sobre consultas que tem recebido de colegas, principalmente professores colaboradores se devem ou não aderir a decisões tomadas em assembleias do SINDUEPG, como paralisações e greves; destacou que não caberia aos chefes de departamento ou diretores decidir se alguém pode ou não participar dessas atividades, pois estas são decisões individuais, mencionando ainda a relação vulnerável dos colaboradores com a Instituição, especialmente aqueles que entraram recentemente. O Presidente esclareceu a importância de se respeitar as decisões das pessoas em relação a greve, destacando que o trabalho de quem está defendendo a greve é de convencimento e não de agressividade, de ataques e de nenhum tipo de opressão, lembrando que, o que é convencido fortalece o movimento; destacou que, na qualidade de Presidente da APIESP caberia dialogar com o Governo, Secretarias de Estado e lideranças políticas e que caberia a cada docente e cada agente enquanto indivíduo lutar pela mesma causa que é a melhoria das carreiras e do plano salarial e afirmou que não haverá retaliação por parte da administração. O Conselheiro Luis Henrique Mendonça do Prado parabenizou a Universidade pela aprovação da nova Política de Assistência Estudantil e a PRAE pelo trabalho técnico apresentado, relembrando a aprovação da ampliação das cotas no ano passado e que novamente a UEPG se coloca à frente das outras universidades; destacou a importância da pauta da permanência estudantil e ofereceu apoio como representante do movimento dos estudantes; relatou participação em reunião com a Secretaria Municipal de Planejamento para discutir a respeito da linha de ônibus do *Campus*, expondo que a Secretaria estaria fazendo um estudo para verificar a possibilidade de colocar os ônibus em horário de pico e que no decorrer da semana

retornaria à Secretaria para verificar o andamento deste planejamento; expressou preocupação com a situação das universidades e com a possibilidade de greve, ressaltando a importância do diálogo com líderes governamentais e a necessidade de sinalização por parte do Governo para o corpo docente e técnico das universidades, considerando as dificuldades enfrentadas por todo o serviço público do Estado e informou que estará presente na assembléia da SINDUEPG no próximo dia dez na qualidade de representante do movimento estudantil; referente ao curso citado pelo Administrador da PRECAM professor Elias Pereira sugeriu uma divulgação junto aos Centros Acadêmicos, uma vez que os alunos precisam complementar sua carga horária. O Senhor Presidente retomando a palavra resumiu que a expectativa de bolsas para a UEPG, seriam cerca de trezentas (300) na área da Política de Assistência Estudantil, com a contribuição dos governos estadual, federal e da própria Universidade; com relação aos planos de carreira lembrou que o objetivo dos reitores seria pela aprovação destes e que buscavam uma sinalização do Governador em relação a aprovação dos planos, destacando ser distinta à pauta dos sindicatos. O Conselheiro Siderlei Nascimento solicitou a devolução do Processo nº 23.000027010-0, para reformulação da proposta, conforme sugestão da Presidência do Conselho, bem como, para respostas de questionamentos surgidos na discussão. O Presidente reafirmou que o processo será devolvido e ratificou a criação de um grupo de trabalho para discutir o assunto, porém do modo como o processo se encontrava não havia possibilidade de deliberação no Conselho. Não havendo nada mais a tratar, às onze horas e sete minutos, a Presidência agradeceu a presença de todos e declarou encerrada esta reunião, da qual, eu, Ilse Renate Lauer Sanson, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente ATA, que depois de aprovada será assinada pelos presentes. Sala dos Conselhos Superiores da Universidade Estadual de Ponta Grossa, oito de maio de dois mil e vinte e três.

ATA Nº 4/2023

Miguel Sanches Neto _____

Ivo Mottin Demiate _____

Adilson Luiz Chinelatto _____

Adriana Timoteo dos Santos _____

Adriano Gonçalves Viana _____

Andrea Tedesco _____

Eliane de Fátima Rauski _____

Emerson Martins Hilgemberg _____

Gilmara de Cássia Ventura (suplente) _____

Giovani Marino Favero _____

Jesiane Stefania da Silva Batista _____

Jozia Ribeiro do Nascimento _____

Júlio Cesar Miné _____

Luis Henrique Mendonça do Prado _____

Maria Lucia Cazarin Beserra Madruga _____

Maria Salete Marcon Gomes Vaz _____

Miguel Archanjo de Freitas Junior _____

Sandra Maria Scheffer _____

Siderlei Nascimento _____

Silvana Oliveira _____

Tatiane Gonçalves da Silva _____

Presentes:

Adriana de Fátima Pilatti Ferreira Campagnoli _____

Elias Pereira _____

Luciane Pereira da Silva Navarro _____

Luiz Gustavo Barros _____

Marcos Vinicius Fidelis _____

Ilse Renate Lauer Sanson – Secretária _____